

“Sem tropas não haverá Constituição”

EYMAR MASCARO

Se as Forças Armadas — Exército, Marinha e Aeronáutica — não forem requisitadas para dar garantias aos constituintes na sede do Congresso Nacional, o País corre o risco de não ter Constituição. A advertência foi feita ontem em São Paulo pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos principais coordenadores do Centrão.

Segundo o deputado, o Congresso Nacional foi transformado num campo de futebol de várzea, com o mesmo palavrado e as mesmas agressões.

Cardoso Alves adiantou a *O Estado* que vai procurar a presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), para resolver esta preliminar antes de todo e qualquer entendimento. Ele alertará Ulysses de que o País não pode mais assistir à repetição das cenas selvagens que aconteceram na votação de anteontem, em que a maioria aprovou por 290 contra 16, a proposta de mudança do regimento interno da Constituinte.

Cardoso Alves lembrou que o deputado Ulysses Guimarães, como presidente da Câmara, tem o poder legal de esvaziar as galerias, mas não conta com poder material para tanto. Daí a necessidade de reforçar a

guarda e o policiamento da sede do Congresso Nacional e também as vizinhanças. Quem tem de guardar os jardins e as vizinhanças do prédio do Congresso, afirmou o deputado, é o governo do Distrito Federal, e quem tem de proteger a sede do Congresso são as Forças Armadas, sob o comando do presidente da República.

O deputado Ulysses Guimarães, ainda de acordo com Cardoso Alves, não deve chamar a Polícia Militar para dentro do Congresso, que é nacional; a guarda das Forças Armadas é mais eficiente e mais solene. O deputado paulista admitiu também que o plenário da Constituinte deverá aprovar o prazo de cinco anos de duração do mandato do presidente José Sarney. O deputado informou que a Comissão de Sistema de Governo deu parecer de cinco anos para Sarney e que uma segunda comissão, a de Sistema Eleitoral, também foi favorável a que o atual presidente exerça o mandato por cinco anos.

Cardoso Alves lembrou também que a Comissão de Sistematização compete compatibilizar a matéria das comissões temáticas. Ao aprovar mandato de quatro anos para Sar-

ney, a Comissão de Sistematização “extrapolou de sua competência, foi além das sandálias e precisa ser contida nesta pretensão ilegal”.

O deputado paulista disse que sob o aspecto da legalidade a Comissão de Sistematização teria de ter acolhido o parecer das comissões de Sistema de Governo e Sistema Eleitoral. Embora Cardoso Alves não tenha confirmado, uma fonte informou que o presidente da República, através da Curadoria Geral da República, poderá recorrer caso o plenário da Constituinte vote pelos quatro anos.

O deputado Roberto Cardoso Alves reafirmou que de acordo com o ponto de vista político, muito embora a matéria não faça parte dos propósitos e compromissos do Centrão, a impressão que ele tem é a de que o grupo votará pelos cinco anos, porque é majoritário na Constituinte. Quanto à sua transformação em partido político, diz que o Centrão “é mais homogêneo do que os atuais grandes partidos e pode servir de base mais leal e expressiva” ao presidente. Mas ressalva: “O futuro a Deus pertence”.

Ulysses, num dia só de elogios

“Não poderá haver obra autêntica e duradoura de engenharia política se não se assegurar a consecução das legítimas aspirações do povo e o respeito aos seus direitos fundamentais” — disse ontem de manhã o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, na sessão especial de encerramento da sessão legislativa anual.

Ele destacou também a importância do diálogo entre as grandes correntes do pensamento, dizendo que “constitui peça indispensável da engrenagem institucional que permite ao Estado moderno fazer da representatividade um instrumento autêntico das aspirações e necessidades sociais”.

Ao final da sessão, que, embora com menos de 50 deputados em plenário, durou mais de duas horas, Ulysses expressou sua satisfação por ter ouvido também das principais lideranças — PMDB, PFL e PDS — palavras em favor da composição, para se fazer uma Constituição “sem vencidos e vencedores” e que seja um retrato de todo o País.

Ulysses, que já havia entrado no plenário demonstrando muito bom humor, rindo e dirigindo palavras afetuosas a um ou outro deputado, no final estava ainda mais feliz pelos muitos elogios que recebeu de quase todas as lideranças partidárias. O líder do PFL, José Lourenço (BA), saudou-o como “nosso presidente, nosso amigo, nosso guia”. Disse que é “o

líder, o condutor, um homem que, como pai afetivo, chama permanentemente para o diálogo”. Adylson Motta (RS), pelo PDS, disse que neste seu primeiro ano de mandato federal aprendeu a admirar Ulysses e vê nele importante “fator de equilíbrio”. “V.exa. — disse, por sua vez, Amaury Müller (RS), pelo PDT — representa não apenas um ponto de equilíbrio, mas uma força que nos haverá de impulsionar na busca de um texto constitucional que seja a síntese do pensamento do País.” Siqueira Campos, líder do PDC, afirmou que Ulysses “é o grande timoneiro do Poder Legislativo”. Para Maurílio Ferreira Lima (PE), que falou pelo PMDB, ele “simboliza a democracia brasileira”. E Fernando Santana (BA), pelo PCB, disse que seu partido não tinha de fazer auto-crítica por ter votado a favor de um segundo mandato de Ulysses como presidente da Câmara.

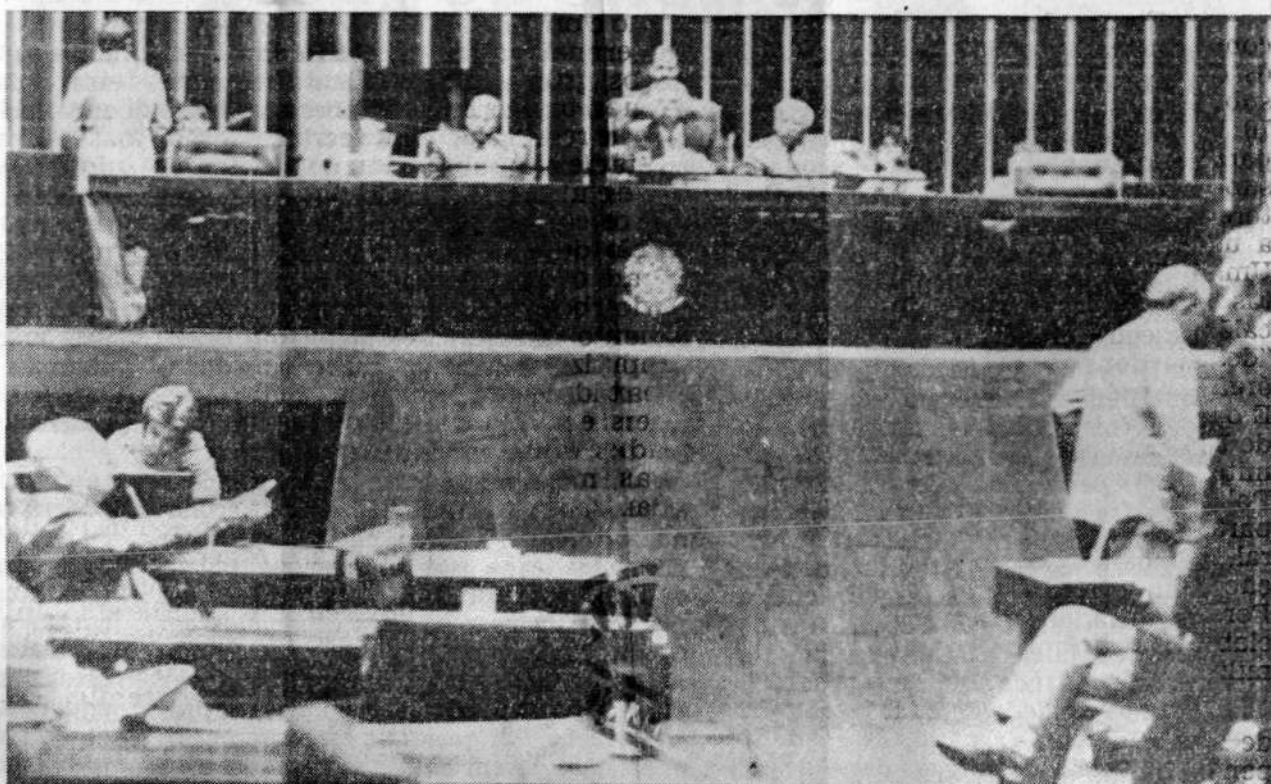
Houve palavras de esperança na futura Constituição. “Cria, doutor Ulysses — disse José Lourenço — que vamos ter uma boa Constituição, sem vencidos ou vencedores, uma Constituição multifacetada como v.exa., que é a imagem da própria Nação.” Negou que o Centrão democrático, do qual é um dos coordenadores, tenha sido formado para impor a sua vontade e esmagar as minorias. E conclamou a todos para procurar “o centro, o leito natural das coisas, porque o povo brasileiro

não é nem de esquerda nem de direita”.

CRÍTICAS

Houve também críticas ao governo e ao próprio funcionamento do Congresso. Adylson Motta disse que como este não funcionou normalmente, este ano, devido à Constituinte, ensajou ao presidente da República baixar mais de uma centena de decretos-leis. “Nunca um presidente desconsiderou tanto o Congresso Nacional — assinalou Siqueira Campos — como o presidente José Sarney. Abusou dos decretos-leis e decretou aumentos às pensas, beneficiando fabricantes e atravessadores, esmagando a classe média e os trabalhadores. E concedeu “ajudas financeiras, à custa do Erário, quase sempre em dólares e invariavelmente às empresas dos seus amigos queridos”.

Aldo Arantes (PC do B-GO) disse que o governo Sarney “está se transformando em outra ditadura, sob a tutela militar”. Carlos Sant’Anna (PMDB-BA) fez algumas anotações, mas, dado o adiantado da hora (mais de meio-dia), atendeu a pedido de Ulysses e deixou que as críticas fossem respondidas apenas pelo vice-líder de plantão no PMDB, Maurílio Ferreira Lima. Ele o fez e concluiu dizendo que, com a independência com que sempre se conduziu em face do governo Sarney, pode afirmar que este será marcado principalmente “pela política de integração da América Latina que vem conduzindo”.



Julio Fernandes

Na última sessão do ano do Senado, uma análise das deficiências do PMDB como governo

Passarinho diz que falta governo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A sessão de encerramento dos trabalhos do Senado, ontem de manhã, serviu para que o líder oposicionista Jarbas Passarinho (PDS-PA) fizesse uma apreciação sobre o momento político, afirmando que “o governo não governa e não tem linhas definidas de ação, quando deveria enfrentar com coragem a grave crise econômico-política”. O senador atribuiu ao PMDB, que tem 16 ministros, a culpa pela desorganização generalizada, criticando também o partido, por não dar suporte político ao presidente da República. Em consequência, como observou, o País vive um presidencialismo atípico, em que quem manda é o primeiro-ministro Ulysses Guimarães, a começar pela escolha de nomes para as alterações ministeriais, todos recolhidos na intimidade da turma do poire.

Passarinho lembrou que o PDS no Senado, hoje com uma restrita bancada de cinco representantes, tem presença constante em plenário. Enquanto isso, o partido majoritário, que é o PMDB, apresenta um grande defeito: o de não defender, como seria de seu dever, o governo que representa. Ao contrário, em muitas oportunidades, os peemedebistas formam coro, apoiando as condenações formuladas pelos representantes da oposição.

Passarinho recordou afirmações

feitas pelos próprios peemedebistas, que atribuem ao partido o caráter de frente partidária. E concordou com essa conclusão, observando que, por ser uma frente constituída por facções de diversas tendências, o PMDB é um caleidoscópio e, na verdade, embora proclame possuir em seus quadros uma ala progressista, denominada MUP-Movimento de Unidade Progressista, “trata-se de um partido que ainda está na idade da pedra lascada”.

RESPOSTA

A única resposta do PMDB às palavras de Passarinho partiu do senador Dirceu Carneiro (SC), mas limitada a um aparte, em que afirmou ter o presidente Sarney muito mais ligações com o PDS do que com o próprio PMDB. Da parte do PFL, o senador Edison Lobão afirmou que a Constituição em preparo precisa eliminar 20 ou 30 dispositivos, sob pena de tornar o País inviável. E o senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, que elaborou o projeto, observou que, em nenhum instante foi contestada a idéia de que aquela Comissão não representava o pensamento da Constituinte.

Afonso Arinos fez ainda referências aos incidentes registrados quinta-feira durante votação do projeto de alteração do regimento interno, proposto pelo Centrão, qualificando-os de protestos, já que, na sua opinião, grave é a afirmação do líder do meu partido (deputado José Louren-

ço), de que atiraria nas galerias se tivesse revólver.

PT ROMPENDO

Caso o regimento interno da Constituinte não dê condição aos pequenos partidos de influir decisivamente na elaboração da nova Carta, o Partido dos Trabalhadores está propondo aos partidos de menor expressão que rompam com os trabalhos da Assembléia. De acordo com o presidente do PT, Luiz Ignacio da Silva, “não é possível continuar compactuando com uma Constituinte em que não se pode participar”.

A bancada do PT está contra o que estabelece o atual regimento, de que mudanças de emendas só podem acontecer juntando-se 280 assinaturas, o que torna impossível a ação dos pequenos.

BALANÇO

Ao encerrar a sessão, o presidente do Senado, Humberto Lucena, fez um balanço das atividades deste ano, com a aprovação de 49 projetos, remetidos à sanção, de 387 remetidos à promulgação (decretos legislativos) e de 11 encaminhados à Câmara dos Deputados.

Informou ainda Humberto Lucena que, por sua iniciativa, o Congresso deverá ser convocado para funcionar extraordinariamente durante o período em que estaria de recesso, para continuar dando apoio logístico à Constituinte.